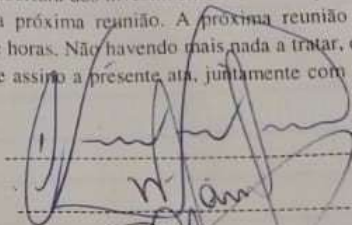
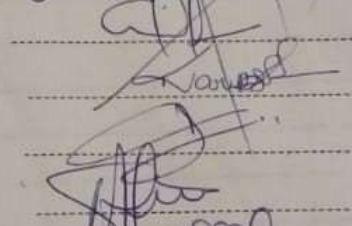


102 privadas ofereçam melhor resultado para os investimentos em relação aos bancos oficiais – sociedades
103 de economia mista e empresas públicas –, e ainda, por entender que as disponibilidades de caixa dos
104 municípios devem ser alocados em instituições financeiras oficiais – sociedades de economia mista e
105 empresas públicas – entendimento este obtido em consulta aos Acórdãos nº 1983/2006, 122/2009 e
106 4227/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mantendo o perfil conservador dos
107 investimentos da Caapsml. Lembrou que para o ano de 2015, o Conselho já havia aprovado a retirada
108 da exigência de que a instituição possuisse agência em Londrina, possibilitando que a Caapsml
109 investisse seus recursos no Fundo Imobiliário ofertado pelo Banco de Brasília – BRB. Luiz Evaldo
110 sugeriu em manter os bancos públicos mais o BRB e fez a proposta de abrir mais 5% em bancos
111 privados. Esgotado o debate, a conselheira Karen sugeriu que votassem se iriam abrir ou não para os
112 bancos privados. O presidente colocou em votação, e, a favor, foram Denilson, Luiz Evaldo, Karen e
113 Daniela; os conselheiros Gilberto, Ana Paula e Marcello votaram contra pelos motivos já citados.
114 Karen manifestou os motivos de ser a favor: 1) segurança do comitê ser formado por servidores; 2)
115 acórdão 1216/2006; 3) prática exercida por outros municípios. Os conselheiros Marcello e Ana Paula
116 manifestaram-se por não concordar com a aprovação da proposta conforme apresentada,
117 principalmente por entenderem que os recursos deveriam ser mantidos nos bancos oficiais: Caixa
118 Econômica Federal e Banco do Brasil. Terminada a votação, os conselheiros que aprovaram a
119 proposta sugeriram um limite máximo para os investimentos em instituições privadas. Luiz Evaldo
120 sugeriu 5%, porém com o consentimento dos demais conselheiros ficou ajustado o percentual a ser
121 aplicado em 3% para os bancos privados. Os conselheiros Ana Paula e Marcello preferiram abster-se
122 da decisão pelo limite por não concordarem com a abertura dos investimentos às instituições privadas.
123 O relatório do Conselho Fiscal será analisado na próxima reunião. A próxima reunião ordinária
124 marcada para o dia 19 de fevereiro de 2016 às nove horas. Não havendo mais nada a tratar, encerra-se
125 a reunião. E eu, para de tudo constar, lavrei, dato e assino a presente ata, juntamente com os demais
126 presentes.

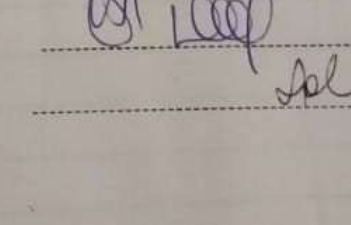
127

128 Denilson Vieira Novaes 


129

130 Marcello Alessandro Pessa Miranda Lima 


131

132 Ana Paula Pereira 


133

134 Karen Bettina Ikeda de Ortiz 


135

136 Luiz Evaldo da Silva Ferreira 

137

138 Gilberto Alves de Lima 

139

140 Daniela Dias Augusto 

141

142 Solange Magro